

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO COMPARATIVO
DE ACESSO AOS RECURSOS DO PRONAF NOS MUNICÍPIOS DOS
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/ PR; NOROESTE
COLONIAL/RS E DA BACIA ALAGOANA**

**THAMIRIS COSTA DOS SANTOS^{1*}, JANETE STOFFEL², MARISELA GARCÍA
HERNÁNDEZ³**

1 Introdução

Este resumo é parte dos resultados do Projeto de Pesquisa intitulado Políticas públicas e Agricultura Familiar: estudo comparativo do acesso aos recursos do Pronaf nos municípios dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, Noroeste Colonial/RS e da Bacia Leiteira Alagoana, e busca caracterizar o padrão de intervenção no Estado na agricultura brasileira.

O Brasil inicia tardiamente o processo de industrialização, em 1930, e o abandona antes da sua consolidação. A década de 1990 demarca sua ruptura e respectiva regressão, voltando a um sistema produtivo cujo eixo central é a exportações de bens primários (POCHMANN, 2015). Essa alteração implicou em significativas mudanças no padrão de intervenção estatal na agricultura ao longo de décadas, orientada pelo abandono do projeto de desenvolvimento/crescimento do país iniciado na era Vargas.

Com o eixo dinâmico da economia no mercado interno, entre a década de 1960 e 1970, a agricultura teve por objetivo precípua contribuir com o processo de industrialização (POCHMANN, 2015; HERNÁNDEZ, 2022). As políticas públicas direcionadas ao setor agrícola⁴ foram confeccionadas visando garantir o abastecimento de alimentos para um contingente crescente de força de trabalho assalariada (POCHMANN, 2015), divisas necessárias para a aquisição de bens de capital da nascente indústria, assim como o

¹Graduanda de ciências econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul. Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR). Contato: costhamiris97@gmail.co

²Doutora em Desenvolvimento Regional; professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul. Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR). **Orientadora.**

³Doutora em Desenvolvimento Econômico; professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul. Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR). **Coorientadora.**

⁴ O Estado brasileiro assegurou, dentre outros, abundantes recursos materializados em crédito subsidiado, isenções fiscais, administração de preços, fornecimento de terras para a agricultura (PITTA, et all., 2018)

alargamento do comércio a partir da compra de equipamentos e insumos industriais utilizados na agricultura.

Respalhada na Revolução Verde, a modernização do campo⁵ se tornou prioridade durante a ditadura militar (1964 – 1985). Sob esta premissa, foram reorientadas as políticas agrícolas garantindo a implantação do novo paradigma tecnológico. Os principais instrumentos da intervenção estatal foram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), implantados no primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (PITTA et al., 2018; DELGADO, 2010).

Na década de 1980, esse padrão de intervenção entra em crise. As exigências derivadas da dívida externa, dentre outros fatores, asfixiaram as finanças públicas, impossibilitando a manutenção do orçamento destinado à agricultura. Com isso, foram praticamente desmontadas a Política de Crédito Rural, de Preços de Garantia, o investimento em pesquisa e em infraestrutura (DELGADO, 2010).

Entretanto, a partir dos anos de 1990, o novo rumo tomado pela economia, caracterizado pela implementação das políticas neoliberais derivadas do Consenso de Washington, (ANTUNES, 2011) o encerramento do processo de substituição de importações (BUSNELLO, 2000; DELGADO, 2010), a crescente desnacionalização da economia etc., criariam as condições para a emergência da agricultura como eixo fundamental da economia, resultando na reprimarização regressiva da economia brasileira.

Cabe mencionar que, inicialmente, a agricultura sofreu revezes, haja vista: 1) a liberalização comercial; 2) a criação do Mercosul, afetando de maneira significativa a produção agropecuária, 3) a valorização da taxa de câmbio, auxiliando sobretudo na redução das exportações (GRISA; SCHNEIDER; 2014). No entanto, essa situação seria revertida ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, ancorado na Teoria das Vantagens Comparativas, de David RICARDO (DELGADO, 2010), aposta na exportação de produtos primários, especialmente após a grave crise cambial de 1999.

À luz de um novo padrão de intervenção na década 1990, a parceria entre o que passou a ser denominado de agronegócio (RAMOS, 2007) e o Estado articulou interesses internos e externos, apoiados na reformulação da política agrícola (DELGADO, 2012). Paralelamente, a

⁵ Com um caráter conservador, a modernização do campo alterou a base técnica (via prussiana) - a partir da implantação da revolução verde – aprofundando a concentração da estrutura fundiária, inovando, assim, o latifúndio (DELGADO, 2010).

agricultura familiar, marginalizada das políticas públicas até então, passou a reivindicar a implantação de agendas específicas. Através de expressivas mobilizações dos movimentos sociais do campo, em particular do Movimento dos Sem-terra (MST) e os sindicatos rurais, foram formatadas as primeiras políticas destinadas à pequena produção, assim como aos “sem terra”, dentre as que destacam a criação de assentamentos da reforma agrária (SCHNEIDER; GRISA; 2014).

Com a chegada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, o padrão de intervenção do Estado na agricultura fortaleceu ainda mais o agronegócio, o que também seria condicionado pelos dinamismos do novo ciclo de internacionalização produtiva, em particular pelo movimento de saída, ou participação marginal da empresa transnacional dos elos responsáveis pela produção de bens de capital, núcleo nobre do processo industrialização (HERNANDEZ, 2022). Esse fortalecimento foi facilitado pela enorme demanda de commodities agrícola-minerais oriunda da China (DELGADO, 2010).

Diferentemente dos governos anteriores, nos mandatos do PT abriu-se espaços para os atendimentos de algumas demandas de política agrícola para a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária. Porém, essas políticas não promoveram alterações da desconcentração da estrutura fundiária, de fato, o número de famílias assentadas diminuiu. Conforme mostram dados do Censo Agropecuário, enquanto em 1997 o número de famílias assentadas atingiu 92,99 mil, em 2005, a cifra encolheu para 104.197 (SCHNEIDER; GRISA; 2014).

No entanto, após o impeachment da presidente Dilma, em 2016, as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e a reforma agrária foram liquidadas, enquanto as ofertadas aos agronegócios foram ampliadas (GRISA, 2018).

2 Objetivos

O presente artigo tem por objetivo caracterizar o padrão de intervenção do Estado na agricultura a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) até o presente momento; mostrando os vínculos com a mudança do eixo estruturante da economia, isto é, com o passo da industrialização por substituição de importações às exportações de commodities.

Para isto, identificamos, de forma sucinta, os principais pontos de continuidade e ruptura entre o padrão de intervenção implementado entre as décadas de 1960 até 1990; e o

novo padrão nascido a partir do governo FHC, colocando especial atenção na implementação e mudanças da política agrícola para pequenos agricultores.

3 Metodologia

A metodologia consiste na realização de levantamento e revisão bibliográfica, de forma a atingir os objetivos desta pesquisa, a qual tem caráter descritivo e analítico.

4 Resultados e Discussão

A partir da década de 1990, os distintos governos impulsionaram políticas agrícolas que tiveram como principal objetivo o crescimento do agronegócio. *Pari passu* o avanço da desindustrialização do país, inicialmente, o impulso do agronegócio se apresentou como meio para alcançar o equilíbrio externo, o qual não seria possível em função do avanço disparado da importação de produtos industrializados; impossibilitando sanar de forma sustentável o déficit na conta corrente (DELGADO, 2012).

Verifica-se que o avanço do agronegócio não seria possível sem a mudança de intervenção do Estado. Observa-se que desde meados da década de 1990 o *padrão de intervenção do Estado na agricultura* teve como objetivo o desenvolvimento do agronegócio (DELGADO, 2012), enquanto as políticas públicas direcionadas aos outros segmentos corresponderam as *ações de governo*, com caráter passageiro e marginal. Este movimento de reprimarização da economia não poderia ser explicado sem o abandono do processo de industrialização como eixo fundamental da economia, assim como pela superexploração dos recursos naturais e do trabalho.

5 Conclusão

Entre 1960 até 1980, a alteração do padrão de intervenção do Estado gerou a modernização da agricultura patronal. Na década de 1980 este padrão passou por severa crise, em função, dentre outros fatores, da asfixia das finanças do Estado. No entanto, a partir da década de 1990, após o abandono da industrialização, as políticas públicas direcionadas ao setor agrícola são rearticuladas, visando colocar o que veio a ser denominado de agronegócio como eixo fundamental da economia. Cabe mencionar que, durante os governos PT, a agricultura familiar e as áreas de assentamento da reforma agrária foram apoiadas, ainda que de modo marginal; processo que passa a ser desmontado a partir do governo Temer e se mantém atualmente.

Deste modo, desde 1960, observa-se uma linha contínua de apoio das políticas

públicas à grande agricultura, tendo uma mudança estrutural no padrão de intervenção, na década de 1990, visando transformar a agricultura no eixo dinâmico da economia, haja vista o abandono do processo de industrialização.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Daví JN. **Capitalismo e desigualdade**. Campinas: IE/Unicamp, 2011.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. **Modelo e Principais Instrumentos de Regulação Setorial: uma nota didática**. Brasília: nead, 2007, 47 pp.
- BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas**. *Revista Direito em Debate*, v. 9, n. 14, 2000.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. *Desenvolvimento em debate*, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Cap I
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.
- GRISA, Catia. **Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais**. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018.
- HERNANDEZ, Garcia Marisela. **Internacionalização produtiva e regressão estrutural do México na Divisão Internacional do Trabalho**, 2022. Tese (doutorado) - Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PITTA, T; CERDAS, G; MENDONÇA, L; et al. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: Outras Expressões*, 2018, 66pp.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Boitempo Editorial, 2015.
- RAMOS, Pedro. **Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira**. Brasília: Nead, 2007, 29 pp.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura; Agronegócio

Nº de Registro no sistema Prisma: PES_2021_0262.

Financiamento: A primeira autora deste resumo é bolsista da Fundação Araucária/PR no período de 02/2022 a 11/2022.